

A CLASSE MÉDIA PAGA

O governo decidiu pagar o preço da impopularidade e da redução do crescimento e anunciou ontem um pacote de 51 medidas de ajuste das contas públicas, para enfrentar a crise internacional das bolsas e defender o real de novos ataques especulativos (ver quadro). A conta foi repassada para os contribuintes e consumidores da classe média e os funcionários públicos,

sobre quem cairá o peso maior do ajuste. Os 8% de brasileiros que pagam Imposto de Renda suportarão um aumento de 10% no recolhimento na fonte a partir de janeiro; os donos de automóveis pagarão 5% em média a mais pelos combustíveis a partir de segunda feira; os servidores públicos federais ficarão mais um ano sem reajuste, e 33 mil deles, que não têm estabilidade, poderão ser demitidos a partir do próximo ano.

Na área tributária, o governo elevou também em cinco pontos percentuais o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, das bebidas em 10%, e cortou pela metade os incentivos fiscais das empresas. O aumento das tarifas públicas será acelerado, respeitando o prazo de reajuste anual.

AMEAÇA DE RECESSÃO

O pacote fiscal, que vai gerar uma economia de cerca de R\$ 20 bilhões, entre aumento de receitas e corte de despesas, deve reduzir o crescimento da economia a 2%, metade da previsão inicial, segundo estimativas da própria equipe econômica. Mais do que compensar o aumento da taxa de juros, decretado na semana passada para conter a especulação contra o real, o pacote tem a finalidade de melhorar a imagem do país nos mercados externos: destina-se a mostrar aos investidores internacionais que o governo está disposto a reduzir o déficit público, e com isso melhorar a situação das contas externas.

"Com a crise, o déficit deixou de ser tolerável. Tomamos as medidas que eram necessárias, não apenas as que eram possíveis. Agora vamos criar as condições políticas para aprová-las", disse ao Correio o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. As medidas que foram baixadas por Medida Provisória, como o aumento do IR, terão de ser ainda aprovadas pelo Congresso. Outras serão adotadas por decreto presidencial e portarias dos ministros.

"A pessoa física já está muito comprometida. O governo pode tirar esses recursos de outras fontes", reagiu o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães ao aumento do Imposto de Renda.

Ao anunciar as medidas, que considerou "rigorosas", o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que elas não significam mudança de rumo da política econômica, mas a reafirmação do compromisso do governo de defender o real. Ele voltou a descartar a possibilidade de desvalorização da moeda. "Estamos acelerando o ajuste por causa das turbulências do mercado financeiro internacional, que não parecem ser de curta duração", disse Malan.

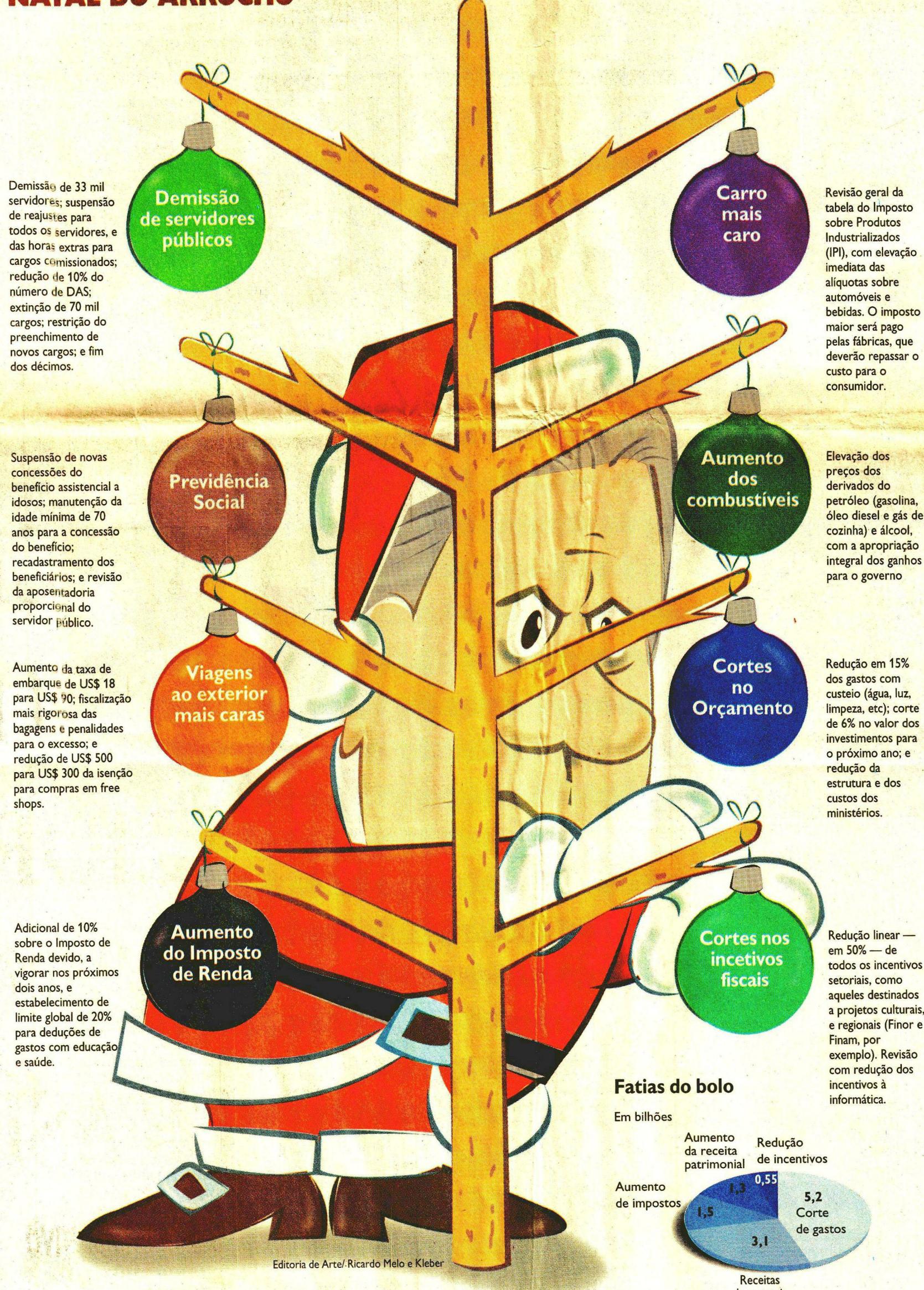
O pacote tem por objetivo obter resultados positivos na balança comercial, reduzindo as importações e o déficit, e no caixa do governo, levando a um superávit primário em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, também destacou que o governo está dando uma resposta ao desafio imposto pela crise. "O Brasil não é um país avestruz", afirmou.

FREIO NAS VIAGENS

A redução de US\$ 500 para US\$ 300 o limite para as compras nos free shops dos aeroportos brasileiros e a elevação da taxa de embarque de US\$ 18 para US\$ 90 são duas das medidas que afetarão diretamente os turistas em viagens internacionais. Na chegada ao País, o viajante terá que preencher, a partir de agora, uma declaração informando ao governo tudo o que comprou lá fora. Se a bagagem for checada e os dados não conferirem, haverá penalidades. O limite para compras no exterior continua US\$ 500.

Para reduzir as importações, uma nova medida deverá ser anunciada ainda nesta semana. Trata-se da elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul em 3 pontos percentuais, que atingirá 9 mil produtos. Esse aumento das tarifas foi acertado hoje durante encontros do ministro Malan com o ministro da

NATAL DO ARROCHO



Economia da Argentina, Roque Fernández. Os dois consultaram por telefones os outros dois parceiros no Mercosul: o Uruguai e o Paraguai.

O governo vai ainda estimular as exportações, ao permitir o financiamento por adiantamento de receita para os produtores de insumos que são usados em produtos destinados ao mercado externo, e criar um Fundo de Aval para a pequena e a média empresas exportadoras. O fundo será bancado com US\$ 300 milhões do dinheiro de contas bancárias fantasma — que não foram recadastradas em 1994.

EXTINÇÃO DE CARGOS E DAS

O ministro Kandir anunciou também a extinção de 70 mil cargos efetivos da administração civil que estão vagos e a redução de 1.700 postos de Direção de Assessoramento Superior (DAS), ou 10% do total, com prazo de 90 dias para os Ministérios se ajustarem. O pacote impõe limites para a concessão de créditos por instituições financeiras a estados e municípios,

que tiveram também limitados as operações de antecipação de receita orçamentária, as ARO.

Do ganho de R\$ 20 bilhões estimados com o pacote de ajuste fiscal, R\$ 11,8 bilhões serão a contribuição do governo federal, R\$ 4,8 bilhões das estatais e R\$ 3,0 bilhões dos estados e municípios. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que o governo não pretende anunciar uma meta para o superávit primário (receita menos despesas, excluindo o pagamento dos juros) de 1998.

Parente disse apenas que a previsão era de um superávit de 1,5% do PIB e que, com as medidas, "será substancialmente maior". Ao contrário do que foi informado na semana passada, o pacote fiscal não prevê redução de despesas no Orçamento da União deste ano. Os cortes anunciados pelo ministro Kandir, no valor de R\$ 5,3 bilhões, referem-se unicamente ao Orçamento da União de 1998. No início da noite de hoje o Ministério da Fazenda explicou que os cortes do Orçamento de 1997 deverão ser anunciados ainda esta semana.